



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO  
Campus Cuiabá  
Coordenação de Compras e Licitações

**TERMO DE REFERÊNCIA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 48/2021  
Processo Administrativo nº. [23194.003374.2021-95](#)

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada na execução de serviços de limpeza, tratamento, higienização, manutenção e conservação da piscina do Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva, com fornecimento de mão-de-obra, ferramentas, equipamentos e todos os materiais de consumo, incluindo produtos químicos e demais insumos necessários para proceder a limpeza e manter a qualidade da água, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	CATSERV	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	9962	Serviços de limpeza, tratamento, higienização, manutenção e conservação da piscina do Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva, com fornecimento de mão-de-obra, ferramentas, equipamentos e todos os materiais de consumo, incluindo produtos químicos e demais insumos necessários para proceder a limpeza e manter a qualidade da água, nas quantidades e exigências estabelecidas.  A piscina tem as seguintes características: <ul style="list-style-type: none"><li>• Comprimento: 25 metros;</li><li>• Largura: 12,25 metros;</li><li>• Profundidade: variável 1,45 metros parte rasa e 1,90 metros parte funda</li><li>• Área Superficial Total: 306,25 m²</li><li>• Volume: 523.000 Litros</li></ul>	Mês	12	R\$ 7.396,05	R\$ 88.752,60

**1.2.** O objeto da licitação tem a natureza de **serviço comum de manutenção de piscina**.

**1.3.** Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

**1.3.1.** O objeto da contratação encontra respaldo institucional conforme previsão Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMT 2019-2023, os serviços em questão são de natureza continuada, e necessário ao funcionamento do Campus.

**1.4.** A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Global**.

**1.5.** O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**3.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**3.2.** Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

**3.3.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

**3.4.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**4.1.** Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

**4.2.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

**4.3.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**5.1.** Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

**5.1.1.** A contratação visa atender as necessidades de limpeza, tratamento, higienização, manutenção e conservação da piscina do IFMT - Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva, para tanto, faz-se necessária a contratação de empresa especializada que deverá fornecer a mão-de-obra, ferramentas, equipamentos e todos os materiais de consumo, incluindo produtos químicos e demais insumos necessários para proceder a limpeza e manter a qualidade da água.

**5.1.2.** A contratação é serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

**5.1.2.1.** Não se verifica a necessidade de presença permanente destes profissionais no local da prestação do serviço, haja vista que a realização dos mesmos obedecerá ao que dispõe o item 8 do presente Termo de Referência.

**5.1.3.** Os requisitos básicos da contratação são:

**5.1.3.1.** Atuar no ramo pertinente ao objeto da licitação;

**5.1.3.2.** Estar com o seu cadastro regular no SICAF;

**5.1.3.3.** Não estar impedido de contratar com qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

**5.1.3.4.** Não esteja sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

**5.1.3.5.** Ter executado serviços compatíveis ao objeto da licitação;

**5.1.3.6.** Ter disponibilidade de veículos, equipamentos e maquinário em perfeito estado de conservação e funcionamento para prestação dos serviços;

**5.1.3.7.** Possuir no seu quadro funcional, pessoal habilitado e treinado para execução dos serviços a serem contratados.

**5.1.4.** Dentre os profissionais necessários a prestação do serviço a contratada obrigatoriamente deverá dispor:

**5.1.4.1.** Químico ou Técnico Químico com registro no órgão competente válido;

**5.1.5. Os requisitos de qualificação técnica são:**

**5.1.5.1. Comprovar capacidade técnica para executar os serviços, mediante comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a 12 meses, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.**

**5.1.5.1.1.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

**5.1.5.1.2.** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

**5.1.5.1.3.** Para a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 12 (doze) meses serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

**5.1.5.1.4.** Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

**5.1.5.1.5.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

**5.1.5.2.** Apresentar certidão de registro ou inscrição do responsável técnico na prestação do serviço, com linha de serviço compatível com o objeto da licitação, expedido pela entidade profissional competente, válida na data da apresentação da proposta, conforme Lei nº 2.800 de 18/06/1956;

**5.1.5.3.** Apresentar certidão ou inscrição do licitante na entidade profissional competente, válida na data da apresentação da proposta, conforme Resolução Normativa CFQ nº. 105, de 17/09/1987 e nº 122, de 09/11/1990;

**5.1.6. Os demais critérios de seleção do fornecedor são:**

**5.1.6.1.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

**5.1.6.2.** Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

**5.1.6.3.** As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

**5.2.** Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## **6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**6.1.** A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, devendo ser priorizado o emprego de mão-de-obra,

materiais, tecnologias e matérias primas de origem local para sua execução, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

**6.2.** A contratada deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando for o caso:

**6.2.1.** Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pela Administração, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE nº 6, de 3/11/95, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso;

**6.2.1.2.** Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva;

**6.2.2.** Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

**6.2.2.1** Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

**6.1.2.2.** Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações determinadas pela ANVISA;

**6.1.2.3.** Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído na IN 01 de 19/01/2010;

**6.1.3.** Observar a resolução CONAMA nº 20, de 07/12/1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

**6.1.4.** Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para execução dos serviços;

**6.1.5.** Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

**6.1.6.** Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores;

**6.2.** Adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, os critérios de sustentabilidade dos subitens do 5.19 da IN 06/2013.

**6.3.** A Contratada também deverá adotar, sempre que possível, boas práticas otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

**6.3.1.** Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

**6.3.2.** Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

**6.3.3.** Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

**6.3.4.** Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza;

**6.3.5.** Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.

## **7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

**7.1.** Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, **das 13 (treze) horas às 17 (dezessete) horas**, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail [pregao.cba@ifmt.edu.br](mailto:pregao.cba@ifmt.edu.br), podendo sua realização ser comprovada por:

**7.1.1.** Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017; ou

**7.1.2.** Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para

quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma deste Edital.

**7.2.** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

**7.3.** Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**7.4.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**7.5.** A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**8.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**8.1.1.** Os serviços de limpeza, tratamento, higienização, manutenção e conservação de piscina a serem contratados, serão prestados na piscina do Complexo Esportivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT - Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva, que se localiza na Rua Zulmira Canavarros, n°. 95, Centro, CEP: 78.005-200, Cuiabá-MT.

**8.1.2.** Os serviços serão prestados de segunda a sábado, conforme abaixo descrito, com o intuito de se manter a qualidade da água, para evitar a proliferação de bactérias, algas e fungos que venham a prejudicar a saúde dos frequentadores, no caso da piscina, e a sanidade do ambiente.

### **8.1.2.1. DIARIAMENTE, DE SEGUNDA-FEIRA A SÁBADO**

**8.1.2.1.1.** Verificar a qualidade da água, aplicando o teste de pH da água. Registrar em ficha o pH encontrado. O fiscal irá acompanhar a aplicação do teste da água, assinando na ficha juntamente com o tratador da água. O teste é composto por estojo de análise de cloro, pH e alcalinidade;

**8.1.2.1.2.** Aplicar os produtos necessários para equilíbrio de alcalinidade, pH e resíduos metálicos bem como o controle de algas/fungos e acompanhamento bioquímico da água – **a ser realizado a partir das 18h30min;**

**8.1.2.1.3.** Aspirar a piscina de maneira a retirar os detritos ali depositados ;

**8.1.2.1.4.** Proceder à passagem da peneira para a retirada de elementos sólidos que estão na superfície da água;

**8.1.2.1.5.** Repor a quantidade de líquido perdida durante a utilização da piscina ;

**8.1.2.1.6.** Fazer limpeza das bordas da piscina;

**8.1.2.1.7.** Manter a água da piscina em condições de balneabilidade, técnica e visibilidade;

**8.1.2.1.8.** Fazer controle diário da qualidade da água, uma vez que mesmo estando clara e transparente, pode conter bactérias e vírus transmissores de doenças e infecções;

**8.1.2.1.9.** Recolher ao final das atividades, o material utilizado, arrumando-o de forma adequada e trancando-o para que ninguém desautorizado tenha acesso;

**8.1.2.1.10.** Ao verificar alguma inconformidade na qualidade da água que não seja de fácil solução, proibir imediatamente o uso da piscina e comunicar tal situação ao responsável da empresa contratada e a Administração.

### **8.1.2.2. 03 (TRÊS) VEZES POR SEMANA**

**8.1.2.2.1.** Limpeza geral da piscina, escovando as paredes e fazendo aspiração de fundo;

**8.1.2.2.2.** Esfregar as bordas da piscina, utilizando produto próprio para limpar crostas de gordura e sujeiras;

**8.1.2.2.3.** Lavar as pedras que compõem o piso externo da piscina, bem como os rejuntas, de modo a evitar manchas e encardidos, conservando as características originais;

**8.1.2.2.4.** As dependências da piscina (calçadas) deverão ser limpas e desinfetadas;

#### **8.1.2.3. MENSALMENTE OU CONFORME SOLICITAÇÃO DO FISCAL**

**8.1.2.3.1.** A empresa contratada deverá apresentar laudo dos exames micro bacteriológicos da água da piscina, conforme Normas da ABNT- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS;

**8.1.2.3.2.** Apresentar relatório analítico mensal sobre as atividades desenvolvidas, o qual deverá ser encaminhado junto com a nota fiscal.

#### **8.1.2.4. ANUALMENTE OU CONFORME SOLICITAÇÃO DO FISCAL**

**8.1.2.4.1.** Avaliar a necessidade de remover todas as impurezas incrustadas entre os pisos, realizando a limpeza de todo o rejunte da piscina;

**8.1.2.4.2.** Avaliar a necessidade de revitalizar todo o piso da piscina, removendo o possível das contaminações incrustadas na face esmaltada do mesmo;

**8.1.2.4.3.** Ao verificar alguma inconformidade na qualidade da água que não seja de fácil solução, proibir imediatamente o uso da piscina e comunicar tal situação ao responsável da empresa contratada e a Administração.

**8.1.3.** A prestação dos serviços inclui o controle da qualidade da água, que deverá ser realizado conforme abaixo:

**8.1.3.1.** A qualidade da água da piscina deve estar sempre obedecendo aos limites recomendados pelos Órgãos Controladores da Saúde e do Meio Ambiente;

**8.1.3.2.** A análise microbiológica (coliformes totais – colônias), coliformes termo tolerantes (colônias) e bactérias heterotróficas (UFC), deverá ser realizada semestralmente, com resultado da análise afixado em local de fácil visualização e acesso aos usuários;

**8.1.3.3.** A qualidade físico-química deverá ser realizada conforme a coleta da água para análise e emissão de laudo técnico físico-química da água, obedecendo às exigências dos Órgãos Controladores da Saúde e do Meio Ambiente;

**8.1.3.4.** A limpidez da água deve apresentar um padrão que permita a visualização à luz do dia, do ponto mais profundo do tanque;

**8.1.3.5.** A superfície da água deve estar livre de matérias flutuantes e espumas estranhas à água do tanque da piscina, não devendo existir detritos no fundo do tanque;

**8.1.3.6.** A alcalinidade da água deve ser de 80 a 120 ppm e o PH de 7,2 a 7,6 ppm. Caso precise de decantação, deverá voltar no próximo dia e aspirar;

**8.1.3.7.** A piscina deve ser limpa na periodicidade descrita no item 8.1.2 para evitar a proliferação de bactérias, algas e fungos que venham a prejudicar a saúde dos frequentadores.

**8.1.4.** O prazo para atendimento de ocorrências será de 01 (um) dia útil, mediante comunicação formal do fiscal de contrato. Quando a comunicação for enviada por meio eletrônico, este deverá contar com a funcionalidade de confirmar leitura do e-mail.

**8.1.5.** Os horários para a execução dos serviços, quando não especificados, serão definidos pelo fiscal do contrato, de forma que, não impactem negativamente no andamento da rotina e no funcionamento da Campus.

**8.1.6.** Todos os produtos químicos utilizados na piscina devem ser de primeira qualidade, devidamente comprovada, e adquirida pela empresa prestadora dos serviços.

**8.1.7.** Comunicar à Administração ou ao Fiscal do Contrato qualquer irregularidade verificada, bem como a necessidade de consertos e reparos na piscina;

**8.2.** Dentre os profissionais necessários a prestação do serviço a contratada obrigatoriamente deverá dispor:

**8.2.1.** Químico ou Técnico Químico com registro no órgão competente válido;

**8.2.2.** Piscinheiro ou Técnico em Manutenção de Piscinas.

**8.3.** A execução dos serviços será iniciada após o dia 11/12/2021, considerando que o término do contrato vigente está previsto para esta data.

**8.3.1.** Na hipótese de atraso na conclusão do procedimento licitatório, que venha a inviabilizar a implantação integral dos postos de trabalho nas datas mencionadas, essa implantação deverá ocorrer de imediato, na data da assinatura dos contratos.

## **9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

**9.1.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

**QUADRO 1 - PRODUTOS QUÍMICOS NECESSÁRIOS E SEUS QUANTITATIVOS MÍNIMOS**

<b>Item</b>	<b>Produto Químico</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade Anual Mínima</b>
1	Algecida de choque	litros	160
2	Algecida de manutenção	litros	160
3	Barrilha leve	kg	290
4	Bicarbonato de sódio	kg	540
5	Clarificante	litros	160
6	Cloro granulado	kg	300
7	Limpa bordas	litros	50
8	Limpa Pedra	litros	50
9	Redutor de pH	litros	110
10	Elevador de pH	litros	110
11	Sulfato de Alumínio	kg	110
12	Pastilha de cloro 200g	unid.	810
13	Estojo (Kit) para Teste 3 em 1, para Cloro, pH e alcalinidade, incluso reagentes de análise de Cloro, pH e alcalinidade total	unid.	12

**QUADRO 2 - EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS E SEUS QUANTITATIVOS MÍNIMOS**

<b>Item</b>	<b>Equipamentos</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade Anual Mínima</b>
1	Aspirador com 8 (oito) rodas ou superior	unid.	02
2	Bomba sucção 3/4 CV	unid.	01
3	Cabo de alumínio ou telescópio com extensão de 6m	unid.	01
4	Escovão	unid.	01
5	Esponjão	unid.	50
6	Mangueira com extensão de 30m	unid.	01
7	Peneiras pelicano	unid.	02
8	Enceradeira industrial	unid.	01
9	Escovão para enceradeira industrial	unid.	06
10	Extensão elétrica com extensão de 50m	unid.	01

**9.2.** Os materiais de consumo para limpeza, tratamento, conservação e os produtos químicos, necessários à prestação dos serviços, da piscina serão fornecidos pela CONTRATADA.

**9.3.** Deverão ser fornecidos materiais de limpeza e produtos químicos em embalagem original, com indicação da marca, do registro do produto e da procedência, devidamente aprovados pela ANVISA e em quantidade suficiente.

**9.4.** Os equipamentos e acessórios necessários para a execução dos serviços serão fornecidos pela

CONTRATADA, sem quaisquer ônus à CONTRATANTE.

**9.5.** Deverão ser fornecidos equipamentos e acessórios em quantidade suficiente para atender à demanda dos serviços e em bom estado de funcionamento. Não será permitida a interrupção do serviço decorrente de defeito de equipamento.

**9.6.** As máquinas e os equipamentos que exigem energia elétrica para funcionamento deverão ser compatíveis com as instalações elétricas disponíveis nas dependências da CONTRATANTE, e dotados de dispositivo contra descarga elétrica - DR.

**9.7.** O representante legal ou preposto com poderes para tratar com a CONTRATANTE deverá emitir relatório, no início da prestação do serviço e mensalmente, sobre as condições técnicas adequadas dos equipamentos da CONTRATADA utilizados nas dependências da CONTRATANTE, devidamente assinado por responsável técnico.

## **10. EPI'S E UNIFORMES A SEREM DISPONIBILIZADOS**

**10.1.** Os funcionários da empresa que prestarão o serviço deverão estar uniformizados quando estiverem exercendo suas atribuições dentro das dependências do Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva.

**10.2.** Conforme as normas de segurança a serem adotadas para todo o tipo do serviço a ser executado, a Contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos de segurança, higiene e saúde do trabalhador – EPI's necessários, conforme quantitativo mínimo apresentado abaixo, devendo ser substituído sempre que se fizer necessário.

**10.2.1.** No Quadro 3 e 4 está especificado o mínimo de itens de EPI's e Uniformes que a contratada deverá providenciar para os seus funcionários.

**10.2.2.** Os EPI's deverão ser substituídos sempre que necessário.

**QUADRO 3 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S) NECESSÁRIOS**

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>
1	Óculos de segurança para proteção dos olhos contra radiação ultra-violeta	Unid.	01
2	Óculos de segurança para proteção dos olhos contra respingos de produtos químicos	Unid.	01
3	Máscara PFF2 com filtro ou válvula de exalação - respirador purificador de ar para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos	Unid.	01
4	Luva de látex – luva de segurança para proteção das mãos contra agentes abrasivos e escoriantes	Par	01
5	Bota de pvc cano longo - Calçado de segurança para proteção dos pés e pernas contra respingos de produtos químicos	Par	01
6	Protetor solar FPS 50 (no mínimo) 200 ml – creme protetor de segurança	Unid.	10

**QUADRO 4 - UNIFORME A SER UTILIZADO PELO TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE PISCINAS E/OU PISCINEIRO**

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade Anual</b>
1	Camisa com proteção solar, manga longa, fator solar de no mínimo 50	Unid.	04
2	Calça de sarja com cintura elástica e bolso	Unid.	04
3	Bermuda de banho	Unid.	04
4	Boné legionário com proteção solar, fator solar de no mínimo 50	Par	04
5	Luva curta com proteção solar, fator solar de no mínimo 50	Par	04

## **11. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

**11.1.** A demanda do Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva tem como base as seguintes características:

**11.1.1.** Os serviços serão executados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT – Campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva, situado na Rua Zulmira Canavarros, n°. 95, Centro, CEP: 78.005-200, Cuiabá-MT.

**11.1.2.** A contratada deverá atender os requisitos previstos no item 5 e executar os serviços conforme item 8.



**11.1.3.** A piscina tem as seguintes características:

- Comprimento: 25 metros;
- Largura: 12,25 metros;
- Profundidade: variável 1,45 metros parte rasa e 1,90 metros parte funda;
- Área Superficial Total: 306,25 m²;
- Volume: 523.000 Litros.

**11.1.4.** A piscina do Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva vem recebendo adequado tratamento da água, todavia a casa de bombas necessita de modernização e por hora encontra-se inoperante.

**11.1.5.** Os serviços serão executados de segunda-feira a sábado, inclusive em pontos facultativos ou feriados se houver necessidade.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**12.2.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**12.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

**12.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**12.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

**12.6.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

**12.6.1.** exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

**12.6.2.** direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

**12.6.3.** promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

**12.6.4.** considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

**12.7.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

**12.8.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

**12.9.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

**12.10.** Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.11.** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

**13.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**13.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

**13.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**13.5.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

**13.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

**13.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

**13.8.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**13.9.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**13.10.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**13.11.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

**13.12.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

**13.13.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**13.14.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

**13.15.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**13.16.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**13.17.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº

13.146, de 2015.

**13.18.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**13.19.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.20.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

**13.21.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

**13.22.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

**13.23.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados nos termos do Edital, Termo de Referência, anexos e legislação vigente;

**13.24.** Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, na forma da lei, mediante Termo Aditivo;

**13.25.** Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

**13.26.** Apresentar à CONTRATANTE, quando a apresentação da NOTA FISCAL, e sendo condição essencial para liquidação do pagamento, o **Relatório de Execução dos Serviços**, contendo descrição dos serviços realizados e registros do controle físico-químico da qualidade da água;

**13.27.** Independente de citação neste Estudo Preliminar, a empresa é responsável pela observância de leis, decreto, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais que direta ou indiretamente sejam aplicáveis ao objeto do contrato, bem como suas alterações ou novas legislações que vierem a surgir no andamento contratual;

**13.28.** As demandas da contratada, ocorrências contratuais, pagamentos e demais temas que ensejem a abertura de processo administrativo serão realizados pela empresa na Recepção do Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva ou diretamente com o fiscal do contrato;

**13.29.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

**13.30.** Comunicar imediatamente por escrito a contratante através do fiscal do contrato toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação de serviços, prestando os esclarecimentos necessários, inclusive a necessidade de consertos e reparos na piscina;

**13.31.** Empregar na execução dos serviços, profissionais capacitados, devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, da empresa, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's necessários se for o caso;

**13.32.** Instruir seu(s) empregado(s) quanto as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes, bem como as normas internas da CONTRATANTE;

**13.33.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

**13.34.** Assumir total responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação de acidentes de trabalhos, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecidos nas dependências da CONTRATANTE;

**13.35.** Realizar os serviços na periodicidade, horários, e de acordo com os procedimentos e metodologias estabelecidos neste Termo de Referência;

**13.36.** Fornecer todos os materiais de consumo e permanentes necessários à realização dos serviços;

**13.37.** Fornecer equipamentos elétricos dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;

**13.38.** Utilizar produtos químicos e saneantes de primeira qualidade, registrados ou certificados junto à ANVISA, e que comprovadamente não venham a atentar contra a saúde humana;

**13.39.** Manter a regularidade da disponibilização do material necessário à realização da limpeza da piscina e do tratamento da água além de outros itens relacionados aos serviços, com substituição imediata nos casos de defeitos;

**13.40.** Manter registro histórico dos índices obtidos nos testes de qualidade da água;

**13.41.** Responsabilizar-se pelo controle de acesso, limpeza e organização do local disponibilizado pela Contratante para armazenamento dos materiais;

**13.42.** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou extravios que venham a ocorrer nos equipamentos do IFMT - Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, devendo providenciar a reposição de outros novos e idênticos em 48 horas, independente de interpelação judicial ou extra-judicial;

**13.44.** Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da IFMT;

**13.45.** Substituir, mediante notificação, qualquer material ou equipamento cujo uso seja considerado pela Contratante prejudicial à boa conservação de seus equipamentos ou instalações;

**13.46.** Indicar formalmente preposto(s) para representá-la perante o IFMT durante a execução do Contrato;

**13.47.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**13.48.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

**13.49.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

**13.50.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**13.51.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

**13.52.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

**13.53.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

#### **14. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**14.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### **15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**15.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**16.1.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**16.2.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**16.3.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**16.4.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

**16.5.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

**16.6.** A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo II, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

**16.7.** Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**16.8.** O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**16.9.** Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**16.10.** A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**16.11.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

**16.12.** O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

**16.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:**

**16.13.1.** Acompanhar diariamente a verificação da qualidade da água a ser realizada pela CONTRATADA, assinando na ficha juntamente com o tratador da água;

**16.13.2.** Avaliar a execução do objeto emitir o Relatório de Avaliação conforme previsto no Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

**16.13.3.** Verificar a conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços, mediante conferência da documentação apresentada pela CONTRATADA que deverá conter a relação de materiais detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**16.14.** As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

**16.15.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

**17.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

**17.1.1.** não produziu os resultados acordados;

**17.1.2.** deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

**17.1.3.** deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**17.2.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**17.3.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), que prevê o seguinte indicador:

**QUADRO 5 - INDICADOR PREVISTO NO IMR**

INDICADOR			
QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Item	Descrição		
<b>Finalidade</b>	Cumprimento, de forma adequada, dos critérios e serviços relacionados neste Termo de Referência.		
<b>Meta a cumprir</b>	100% dos serviços realizados e adequados à perspectiva da Administração.		
<b>Instrumento de medição</b>	Planilha de avaliação dos serviços executados, conforme modelo constante no Anexo II deste Termo de Referência		
<b>Forma de Acompanhamento</b>	Realização mensal de inspeção, por parte da fiscalização do contrato, da execução dos serviços especificados e avaliações, constantes do Termo de Referência, conforme perspectiva de adequação da Administração e posterior lançamento do resultado na planilha de controle.		
<b>Periodicidade</b>	Mensal		
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	<b>Indicador</b>	<b>Peso na Avaliação</b>	<b>Pontuação Máxima</b>
	1 e 2	1	12
	3	2	12
	3 e 4	3	30
	<b>RESULTADO MÁXIMO DA AVALIAÇÃO:</b>		60
<b>Faixa de ajuste no pagamento</b>	<b>Faixa de Pontuação Obtida</b>	<b>Percentual de Desconto</b>	<b>Faixa de Pontuação Obtida</b>
	54 A 60	0%	54 A 60
	48 A 53	2%	48 A 53
	41 A 47	3%	41 A 47
	31 A 40	5%	31 A 40
	18 A 30	10%	18 A 30
<b>Sanção</b>	Previstas no item 22 deste Termo de Referência.		

## 18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

**18.1.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

**18.2.** No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

**18.3.** O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

**18.3.1.** A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

**18.3.1.1.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

**18.3.1.2.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**18.3.1.3.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**18.3.2.** No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

**18.3.2.1.** quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**18.3.2.2.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**18.3.2.2.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

**18.4.** No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

**18.4.1.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**18.4.2.** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**18.4.3.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

**18.5.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

**18.6.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **19. DO PAGAMENTO**

**19.1.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

**19.2.** Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota

fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

**19.3.** O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (*trinta*) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

**19.3.1.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**19.4.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

**19.4.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**19.5.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**19.5.1.** o prazo de validade;

**19.5.2.** a data da emissão;

**19.5.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;

**19.5.4.** o período de prestação dos serviços;

**19.5.5.** o valor a pagar; e

**19.5.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**19.6.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

**19.7.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**19.8.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**19.9.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**19.10.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**19.11.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**19.12.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

**19.12.1.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**19.13.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**19.14.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.



**19.15.** É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

**19.16.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## 20. REAJUSTE

**20.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

**20.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

**20.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**20.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**20.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**20.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**20.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**20.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## 21. GARANTIA DA EXECUÇÃO

**21.1.** A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

**21.1.1.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

**21.1.2.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e

II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

**21.2.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**21.2.1.** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**21.2.2.** prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

**21.2.3.** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

**21.2.4.** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

**21.3.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

**21.4.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

**21.5.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

**21.6.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**21.7.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**21.8.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**21.9.** A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**21.10.** Será considerada extinta a garantia:

**21.10.1.** com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**21.10.2.** no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

**21.11.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

**21.12.** A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## **22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**22.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

**22.1.1.** falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

**22.1.2.** ensejar o retardamento da execução do objeto;

**22.1.3.** fraudar na execução do contrato;

**22.1.4.** comportar-se de modo inidôneo; ou

**22.1.5.** cometer fraude fiscal.

**22.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**22.2.1. Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**22.2.2. Multa de:**

**22.2.2.1.** 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

**22.2.2.2.** 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

**22.2.2.3.** 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **quadro 6 e 7**, abaixo; e

**22.2.2.4.** 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

**22.2.2.5.** as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**22.2.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**22.2.4.** Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

**22.2.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**22.3.** A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

**22.4.** As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**22.5.** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as **quadro 6 e 7**:

**QUADRO 6 - GRAU DE INFRAÇÕES E CORRESPONDÊNCIA**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**QUADRO 7 - INFRAÇÕES**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05

2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

**22.6.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**22.6.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**22.6.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**22.6.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**22.7.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**22.8.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**22.8.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**22.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**22.10.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**22.11.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**22.12.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**22.13.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**22.14.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**23.1.** As despesas previstas no presente instrumento correrão à conta dos recursos consignados ao IFMT no Orçamento Geral da União, sob a seguinte classificação:

**23.1.1.** Exercício: 2021;

**23.1.2.** Gestão/Unidade: 26414/158333;

**23.1.3.** Fonte: 08100000000;

**23.1.4.** Programa de Trabalho: 171009;

**23.1.4.** Natureza de Despesa: 3390.39-16;

**23.1.5.** PI: L20RLP0101N.

### **24. ANEXOS**

**24.1.** Integram este Termo de Referência os seguintes anexos:

**24.1.1.** ANEXO A - Estudo Técnico Preliminar;

**24.1.2.** ANEXO B – Instrumento de Medição de Resultados - IMR.

### **25. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**25.1.** A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela [Portaria n°. 278/2021 - CBA-GAB/CBA-DG/CCBA/RTR/IFMT, de 7 de outubro de 2021.](#)

**ALDO RICCI FIGUEIREDO FILHO**

Assistente em Administração

Matrícula SIAPE n°. 1578847

**ILSON DIAS DA SILVA**

Professor EBTT / Coordenador de Educação Física

Matrícula SIAPE n°. 2058953

**KAMILA ALMEIDA OIVEIRA**

Auxiliar em Administração

Matrícula SIAPE n°. 2268814

### **26. RESPONSÁVEL PELA REVISÃO**

**EMILSON PINTEL ZATTAR**

Coordenador de Compras

Portaria IFMT n°. 150, de 31/05/2017

Matrícula SIAPE n°. 2277444

### **27. APROVAÇÃO DO DOCUMENTO PELO ORDENADOR DE DESPESAS DA UASG**

**27.1.** Considerando o atendimento aos requisitos legais, bem como a necessidade de contratação dos serviços elencados no instrumento de planejamento acima, **APROVO** o presente Termo de Referência.

**27.2.** Ao setor de licitações para elaboração do Edital do certame.

**ALCEU APARECIDO CARDOSO**

Diretor Geral do Campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva  
Portaria nº. 727/2021, de 19/04/2021 / DOU 20/04/2021 | Edição: 73 | Seção: 2 | Página: 18  
Matrícula SIAPE nº. 2156088

Local e data de emissão: Cuiabá-MT, 23 de novembro de 2021.

Documento assinado eletronicamente por:

- Aldo Ricci Figueiredo Filho, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO, em 23/11/2021 14:44:45.
- Ilson Dias da Silva, COORDENADOR - FG2 - CBA-CAEF, em 23/11/2021 14:45:13.
- Kamila Almeida Oliveira, AUX EM ADMINISTRACAO, em 23/11/2021 14:47:01.
- Emilson Pintel Zattar, COORDENADOR - FG0001 - CBA-CCL, em 23/11/2021 14:47:58.
- Alceu Aparecido Cardoso, DIRETOR GERAL - CD0002 - CBA-DG, em 23/11/2021 14:49:27.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 23/11/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 269776

Código de Autenticação: 23e6dfd5af

